PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-03-26	
O Secretário da Mesa	
Nelson Peralta (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Nelson Peralta (Assinatura Qualificada) Date: 2020.03.26 13:54:58 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1430 / XIV (1 .ª)

Assunto: Medidas de salvaguarda do abastecimento alimentar da população portuguesa e sustentabilidade do setor agrícola nacional

Destinatário: Ministra da Agricultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Face à evolução do surto epidémico (Covid-19) é da maior importância a adoção de medidas preventivas e de contenção da doença, o que exige da parte de todos a observação do conjunto das orientações emanadas pelas autoridades de saúde pública.

Para além das medidas de saúde publica que protejam a população há, no entanto, vários problemas que em diversos domínios estão colocados ao País face a um conjunto de necessidades com as quais nos confrontaremos e que resultarão do conjunto de medidas que se impõem.

O setor agrícola é um dos mais sensíveis e necessários para que o País esteja em condições de debelar eficazmente esta doença e muitas das suas consequências.

O PCP tem desde sempre defendido e reclamado o direito do nosso povo produzir o que precisa para a sua alimentação. É certo que Portugal não pode produzir tudo o que o povo português consome, porém, a balança comercial de bens alimentares é deficitária em cerca de 4 mil milhões de euros, pelo que num quadro em que a segurança e capacidade de abastecimento alimentar podem estar ameaçadas, importa conhecer que medidas foram, estão ou vão ser tomadas para salvaguardar o abastecimento alimentar da população portuguesa.

Simultaneamente, é necessário responder às dificuldades e exigências que se vão colocar aos pequenos e médios agricultores e produtores nacionais. Agora, mais do que nunca, a produção nacional de bens alimentares é decisiva.

Os agricultores e produtores nacionais, já confrontados com dificuldades e problemas para os quais têm faltado os necessários apoios, vêem-se agora confrontados com dificuldades acrescidas que colocam em risco a viabilidade das suas explorações, pelo que é urgente a tomada de medidas que minimizem as consequências do surto epidémico neste âmbito. A redução da atividade económica em geral, associada ao encerramento dos mercados locais e cadeias curtas de distribuição e consumo, está a provocar uma incapacidade de escoamento

dos produtos pelos pequenos e médios produtores, o que provoca não apenas sérias dificuldades aos produtores mas também um enorme desperdício, principalmente no que respeita a produtos perecíveis.

Neste quadro o PCP manifestou a sua oposição ao cancelamento da audição da Senhora Ministra da Agricultura na Comissão de Agricultura e Mar, prevista para 17 de Março, assumindo mesmo a posição de que essa audição seria ainda mais necessária nestas circunstâncias.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito, através de Vexa., ao ***Ministério da Agricultura*** *os seguintes esclarecimentos:*

1- Que medidas vai o Governo tomar para garantir que o abastecimento alimentar ao País seja garantido?

2- Que medidas vai o Governo implementar para que a produção nacional seja escoada de forma eficaz e segura?

3- Admite o Governo alguma medida de retirada (aquisição) da produção agrícola, assumida pelas cooperativas ou organizações de produtores, com preços garantidos à produção?

4- Que apoios prevê o Governo para ajudar os pequenos e médios agricultores e produtores a manter a sua atividade produtiva?

5- Que mecanismos serão criados para que os postos de trabalho possam ser assegurados?

Palácio de São Bento, 26 de março de 2020

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.